

SURPRESAS DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA EM MEIO A RECESSÃO

José Roberto Afonso

*Kleber Pacheco de Castro*¹

RESUMO:

Quando uma economia mergulha em recessão, a teoria e as experiências ensinam que se deveria esperar uma queda da carga tributária porque a arrecadação tributária deveria cair em ritmo muito mais intenso do que a produção nacional (PIB). No Brasil, até o governo já reconhece a recessão e os informes da arrecadação, em diferentes unidades de governo, passaram a mostrar sucessivas quedas reais, medidas pelo IPCA, logo, a expectativa seria um recuo da carga tributária e até importante.

Surpreendentemente não é o que se passa no país em 2015, ao menos do que se depreende de um acompanhamento atualizado e sistemático sobre o desempenho dos principais tributos cobrados no país. Ele é chamado de “termômetro tributário” e compreende pouco mais de 80% de toda essa receita gerada no País e tem dados efetivos até outubro – para a receita federal administrada, incluindo contribuições previdenciárias, mais os impostos estaduais do ICMS e do IPVA.

O termômetro aponta um ligeiro incremento até o final do ano, porém, isso será compensado pelo recuo nas receitas extraordinárias e, sobretudo, nos royalties e participações de petróleo. Em um cálculo mais abrangente da carga global deverá permanecer na casa de 33,3% do PIB, como em 2014.

Se surpreende essa estabilidade da carga, não há porque comemorar pois reflete mais um denominador (PIB), que está literalmente derretendo, do que um avanço no numerador (arrecadação), e tudo o mais que for expresso em relação a tal base também será maior do que antes se media e se esperava. Ou seja, se a carga tributária não caiu como o senso comum indicava, os volumes de gastos, de déficit primário, de déficit nominal e, pior de tudo, de dívida pública, depois de computada a nova série das contas nacionais, serão muito maiores do que antes se acreditava e se analisava.

¹ Economistas e, respectivamente, professor do programa de mestrado do IDP e doutorando da UERJ.

As opiniões expostas são exclusivamente dos autores. William Franco e Luciana Oliveira deram suportes às pesquisas. Elaborado com base em informações disponíveis até 2/12/2015.

Introdução

A forma mais comum de avaliar o desempenho da receita tributária de um país é apurar e analisar o indicador da carga tributária que expressa a razão entre a arrecadação e o produto interno bruto (PIB). Tal indicador é apurado geralmente para o período de um exercício financeiro.

Além disso, o cálculo da carga compreende algumas diferenças metodológicas de uma para outra fonte, desde as contas nacionais, divulgadas pelo IBGE, geralmente com dois anos de defasagem, até uma apuração da Receita Federal, que não trata todas as formas de cobranças compulsórias como se tributos fossem.

Se uma economia emergente apresenta oscilações mais intensas em variáveis macroeconômicas que uma economia avançada, em tempos de recessão econômica se torna ainda mais premente acompanhar de perto a política fiscal e isso demanda, dentre outras tarefas, que o índice da carga tributária fosse medido e analisado com uma periodicidade mais curta do que a anual.

O chamado Termômetro Tributário permite acompanhar mensalmente a arrecadação dos principais componentes da carga tributária, uma vez que as fazendas federais e estaduais divulgam todo mês o montante que foi arrecadado por suas administrações no mês anterior. Entre janeiro de 1990 e outubro de 2015 (período da série a ser aqui analisado), o termômetro equivaleria, em média, a 84% da carga tributária global – escaparam ao indicador alguns tributos federais atípicos (como royalties), menores receitas estaduais (como imposto sobre herança e taxas) e toda a arrecadação tributária municipal – esta última sem informação mensal consistente. Portanto, o termômetro da arrecadação permite antecipar e avaliar a tendência da carga tributária global anual.

Metodologia do Termômetro

A denominação termômetro visa associar o indicador ao mesmo instrumento básico usado na saúde para mensurar a temperatura de uma pessoa. A ideia é ter uma medida rápida, razoavelmente bem informada (embora não seja 100% precisa), que permita antecipar e avaliar os rumos da carga tributária bruta nacional - se estável, ou se tende a decrescer ou crescer. Mais importante do que sua dimensão (como em uma fotografia), é a evolução (como em um filme) que o termômetro mais retrata em seus índices.

Portanto, a proposta deste trabalho, é atualizar as séries mensais da arrecadação com vista a avaliar os rumos do comportamento recente da tributação no país. Foram adotadas como fontes primárias as estatísticas divulgadas mensalmente pela Receita Federal (receita administrada + previdência) e pelo CONFAZ (ICMS

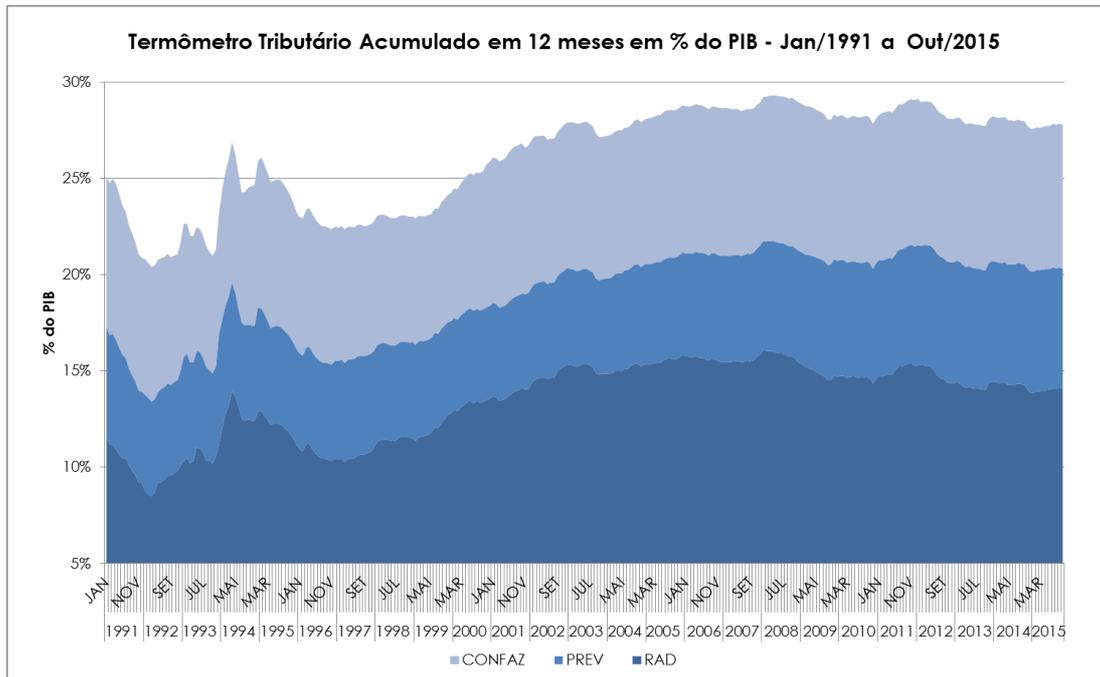
+ IPVA), para arrecadação (federal e estadual, respectivamente), e ainda BACEN, no caso do PIB. Eventualmente as estatísticas do CONFAZ apresentaram algumas inconsistências, o que foi corrigido primordialmente com dados da execução orçamentária divulgados diretamente pelas UFs.

O horizonte temporal escolhido para trabalho aqui é compreendido entre janeiro de 1990 e outubro de 2015. Porém, como o intuito desta nota é fazer uma projeção da carga tributária de 2015, os valores de novembro e dezembro de 2015 foram estimados por extrapolação linear simples. Também foi projetado o montante do PIB dos últimos meses deste ano, considerando as expectativas de mercado de crescimento do PIB do quarto trimestre de 2015, dadas pelo boletim FOCUS do dia 27/11/2015.

O termômetro é construído com receitas mensais, porém, esta análise opta por tomar apenas o resultado anualizado (acumulado em doze meses): tanto porque as análises tradicionais da carga tributária compreendem o período de um ano, quanto porque ao cobrir um maior período de referência se evita sazonalidades e o citado indicador torna-se mais estável (o indicador do termômetro mensal mostra uma forte oscilação que muitas vezes reflete apenas fatos sazonais - como, por exemplo, pagamentos do 13º salário, ajuste de declaração de IR ou safras agrícolas). A utilização desse recurso ainda permite obter a vantagem de diluir eventuais erros dos dados estimados (subestimação ou superestimação) no último mês da série, haja vista que esta seria apenas uma dentre doze informações contidas no resultado.

Tendência de Longo Prazo

O gráfico a seguir mostra as três grandes receitas acumuladas (a antiga e conhecida receita administrada federal, a arrecadação da previdência social e os impostos estaduais do ICMS e IPVA), com os fluxos anualizados a cada mês, desde 1991 até outubro de 2015. A observação do gráfico deixa clara a tendência expansionista de longo prazo do termômetro tributário, que girava em torno de 21% do PIB ao final de 1991 e se aproxima de 28% do PIB no último dado. O movimento de expansão do termômetro é exatamente o mesmo do observado na carga tributária, que passou de 25,2% do PIB em 1991 para pouco mais de 33,3% do PIB em 2014, o que chancela o termômetro como um bom indicador de tendência da carga tributária bruta.



Elaboração própria. Fonte primária: RFB, Confaz e Bacen.

O resultado agregado do termômetro tributário, conforme a tabela a seguir (que retrata a totalização do gráfico anterior), inicialmente teve um período de forte oscilação, com tendência pouco definida, entre 1991 e 1995. O processo de hiperinflação até meados de 1994 e a transição para um cenário de estabilidade econômica podem ser apontados como as principais explicações para tal comportamento. A partir de 1996 o termômetro apresentou uma tendência de expansão bem clara, só sendo interrompida em 2003 – ano do primeiro mandato do ex-presidente Lula, quando o mercado ainda tinha muitas incertezas sobre os rumos da política econômica a ser adotada a partir de então. Não por acaso, o ano de 2003 apresentou o pior desempenho econômico da gestão petista, com exceção de 2009 e (crise do subprime) 2014 (entrada do país em quadro de recessivo).

Termômetro Tributário Acumulado em 12 Meses em % do PIB - 1991/2015

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1991	25,84%	25,46%	25,54%	25,34%	24,85%	24,09%	23,71%	22,95%	22,49%	21,94%	21,30%	21,26%
1992	21,16%	20,99%	20,82%	20,90%	21,21%	21,45%	21,61%	21,82%	21,68%	21,81%	21,95%	22,80%
1993	23,91%	23,89%	23,10%	23,00%	23,33%	23,12%	22,59%	21,94%	21,65%	21,33%	21,64%	23,57%
1994	25,03%	26,14%	26,75%	27,78%	27,24%	26,44%	25,37%	25,17%	25,28%	25,22%	25,23%	26,40%
1995	26,67%	26,25%	25,71%	25,14%	25,19%	25,20%	25,17%	24,95%	24,67%	24,35%	23,93%	23,47%
1996	23,24%	23,20%	23,68%	23,79%	23,45%	23,17%	22,98%	22,87%	22,90%	22,85%	22,85%	23,26%
1997	23,13%	23,20%	23,05%	23,20%	23,17%	23,09%	23,19%	23,18%	23,13%	23,16%	23,17%	23,01%
1998	23,33%	23,44%	23,48%	23,43%	23,35%	23,37%	23,40%	23,54%	23,60%	23,60%	23,57%	23,55%
1999	23,45%	23,61%	23,57%	23,57%	23,62%	23,70%	23,97%	23,97%	24,30%	24,50%	24,70%	24,84%
2000	25,08%	25,02%	25,34%	25,55%	25,77%	25,88%	25,78%	25,94%	25,89%	25,99%	26,16%	26,31%
2001	26,52%	26,47%	26,26%	26,32%	26,42%	26,69%	26,88%	26,99%	27,05%	27,14%	27,05%	27,12%
2002	27,40%	27,61%	27,61%	27,61%	27,59%	27,35%	27,39%	27,37%	27,69%	27,92%	28,08%	28,20%
2003	28,15%	28,19%	28,17%	28,22%	28,26%	28,28%	28,22%	28,08%	27,68%	27,48%	27,49%	27,57%
2004	27,57%	27,60%	27,72%	27,79%	27,74%	27,84%	27,87%	28,01%	28,18%	28,17%	28,01%	28,14%
2005	28,19%	28,22%	28,29%	28,35%	28,40%	28,60%	28,69%	28,72%	28,69%	28,74%	28,85%	29,01%
2006	29,04%	29,01%	28,99%	29,09%	29,05%	29,05%	28,97%	28,87%	29,03%	29,08%	29,03%	29,01%
2007	29,05%	29,07%	29,03%	29,03%	29,02%	28,97%	29,04%	29,10%	29,04%	29,07%	29,24%	29,38%
2008	29,62%	29,62%	29,68%	29,69%	29,63%	29,57%	29,56%	29,51%	29,46%	29,51%	29,35%	29,30%
2009	29,22%	29,10%	29,03%	28,92%	28,81%	28,66%	28,55%	28,36%	28,05%	28,10%	28,23%	27,85%
2010	28,46%	28,36%	28,21%	28,26%	28,25%	28,13%	28,04%	28,06%	28,09%	27,88%	27,52%	27,87%
2011	28,30%	28,40%	28,45%	28,50%	28,41%	28,60%	28,84%	28,83%	28,93%	29,05%	29,12%	29,06%
2012	29,13%	28,97%	28,99%	28,99%	28,96%	28,80%	28,54%	28,38%	28,30%	28,12%	28,09%	28,08%
2013	28,15%	28,15%	27,94%	27,80%	27,87%	27,83%	27,78%	27,79%	27,73%	27,72%	28,08%	28,20%
2014	28,19%	28,14%	28,15%	28,18%	28,02%	28,02%	27,97%	28,05%	27,99%	27,98%	27,72%	27,57%
2015	27,58%	27,66%	27,62%	27,68%	27,72%	27,72%	27,83%	27,79%	27,83%	27,79%	27,79%	27,79%

Elaboração própria. Fonte primária: RFB, Confaz e Bacen.
Nota: Os valores de novembro e dezembro de 2015 foram estimados.

A partir do segundo ano do governo do PT, o termômetro retomou sua trajetória anterior com tendência bem definida de crescimento até bater o recorde do indicador em abril de 2008, quando ficou em aproximadamente 29,7% do produto. Coincidindo com a eclosão da crise global, a temperatura retrocedeu aos poucos desde outubro de 2008, de modo que atingiu seu ponto mais baixo no mês de novembro de 2010: 27,5% do PIB.

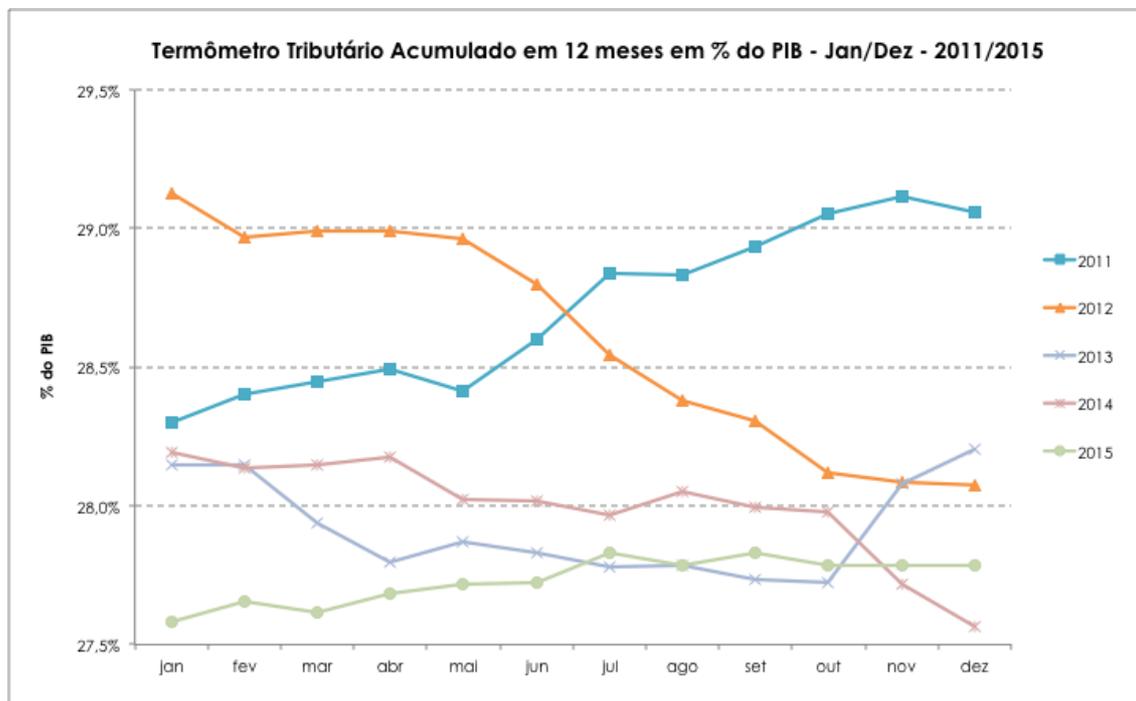
O termômetro foi crescente ao longo de 2011, de modo que em cada mês acusou mais do que no anterior, até fechar o ano em 29,06% do PIB. Tal tendência se reverteu a partir de fevereiro de 2012, quando o termômetro passou a decrescer continuamente até novembro de 2013. O mês de novembro de 2013 ficou marcado por ter proporcionado aos cofres do governo federal um fluxo de recursos extraordinários (REFIS) superior da R\$ 20 bilhões – o que veio a “salvar” a meta de superávit primário daquele ano e proporcionou um. Súbito aumento da temperatura do termômetro.

Passado este pico, a tendência de queda do indicador permaneceu em 2014, sendo curiosamente revertida neste ano, a despeito da forte recessão pela qual o país está passando.

Evolução de Curto Prazo

A mesma evolução do termômetro agregado pode ser vislumbrado no gráfico a seguir que apresenta no eixo horizontal cada mês do ano e, no seu corpo, a evolução do termômetro com cada curva dedicada a um ano nesta década.

Como pode ser observado, dos cinco anos compreendidos no gráfico, apenas dois deles apresentam clara tendência expansionista: 2011 e 2015.



Elaboração própria. Fonte primária: RFB, Confaz e Bacen.

O termômetro teve crescimento também no ano de 2013, porém devido exclusivamente às receita atípicas de fim de ano – até o mês de outubro daquele ano o termômetro tinha uma trajetória de queda.

Assim, tem-se um cenário com três anos seguidos (2012 a 2014) de queda na temperatura do termômetro. Não por acaso, a carga tributária global diminuiu nestes mesmos três anos: passou de 34,10% do PIB em 2011 para 34,09% do PIB em 2012; posteriormente marcou 33,71% do PIB e 33,32% do PIB em 2013 e 2014, respectivamente.

Esse “derretimento” da receita tributária em três anos ajuda a compreender um pouco a crise fiscal pela qual o país passa atualmente. Enquanto as despesas “engessadas” continuam elevadas, a arrecadação passou a ter uma dinâmica inversa, não sendo mais possível manter a expansão do gasto.

O fato que chama mais atenção, porém, é a trajetória do termômetro em 2015. Como é possível que a “temperatura” da arrecadação de impostos esteja crescendo em meio à severa crise econômica e fiscal pela qual o país está passando? A resposta é simples e pode ser rapidamente observada nos componentes do termômetro: o PIB (denominador do indicador) está apresentando uma queda mais rápida do que a arrecadação (numerador do indicador).

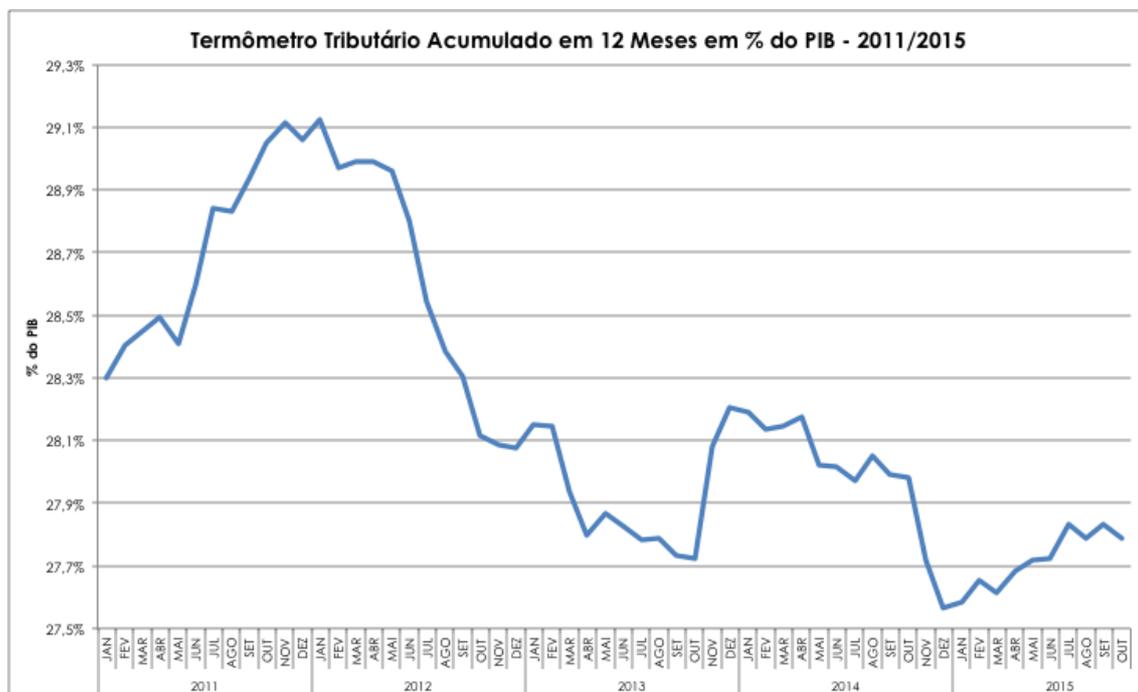
Entre dezembro de 2014 e outubro de 2015 (último dado consolidado) o termômetro tributário anualizado passou de 27,57% do PIB para 27,79% do PIB – um expressivo aumento de 0,22% do PIB para um ano de crise econômica.

Separando a arrecadação tributária e o PIB e verificando suas respectivas variações percentuais entre os mesmo meses observa-se o seguinte:

- ✓ arrecadação tributária total do termômetro anualizado em dezembro de 2014: R\$ 1,567 trilhão;
- ✓ arrecadação tributária total do termômetro anualizado em outubro de 2015: R\$ 1,632 trilhão;
- ✓ variação nominal da arrecadação tributária total do termômetro anualizado: 4,14%;
- ✓ PIB anualizado em dezembro de 2014: R\$ 5,687 trilhões;
- ✓ PIB anualizado em outubro de 2015 R\$ 5,875 trilhões;
- ✓ variação nominal do PIB anualizado: 3,31%.

Portanto, a variação nominal do numerador é superior a variação nominal do denominador, promovendo um aumento do indicador. Esta mesma constatação pode ser feita utilizando valores reais (descontando a inflação). Neste caso, foram observadas variações negativas em ambos os casos, porém, de forma mais intensa no caso da série do PIB.

O gráfico a seguir apresenta uma forma mais amigável de visualização da tendência de queda do termômetro no período 2012/2014, seguida da trajetória crescente este ano:



Elaboração própria. Fonte primária: RFB, Confaz e Bacen.

Duas possibilidades para a carga tributária poderiam ser aventadas a partir daí. Primeiro, supõe-se que este aumento de 0,22% do PIB no termômetro obtido até outubro se manteria até o fim do ano, fazendo a carga de 2015 aumentar

exatamente neste montante, passando de 33,32% do PIB em 2014 para 33,54% do PIB em 2015. Segundo, foi suposta a tendência de crescimento continuaria nos dois últimos meses (extrapolação linear simples, mostrada na primeira tabela), fazendo a carga de 2015 aumentar em 0,33% do PIB com relação ao ano anterior. Por ora, optou-se pela primeira possibilidade. Ou seja, mantendo fixo o termômetro tributário até outubro deste ano até o mês de dezembro, a carga tributária global de 2015 seria de 33,54% do PIB.

Termômetro Tributário Acumulado em 12 Meses em % do PIB por Componentes - 1991/2015e

ANO	ARRECADAÇÃO AGREGADA (UNIÃO + EST.)	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS - ARRECADAÇÃO (+)			CARGA RESIDUAL	CARGA BRUTA GLOBAL (método amplo)
		RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA		
1991	20,87%	9,20%	4,73%	13,94%	6,78%	0,15%	6,93%	4,37%	25,24%
1992	21,63%	10,09%	4,93%	15,01%	6,48%	0,14%	6,62%	3,38%	25,01%
1993	23,22%	11,18%	5,79%	16,96%	6,12%	0,13%	6,25%	2,56%	25,78%
1994	25,85%	12,88%	5,38%	18,26%	7,41%	0,17%	7,58%	3,90%	29,75%
1995	23,26%	11,17%	4,98%	16,15%	6,76%	0,35%	7,10%	3,68%	26,93%
1996	22,50%	10,43%	5,11%	15,54%	6,60%	0,37%	6,96%	4,34%	26,85%
1997	22,75%	10,98%	5,04%	16,02%	6,26%	0,47%	6,73%	4,66%	27,41%
1998	23,03%	11,50%	5,00%	16,51%	6,08%	0,44%	6,52%	4,64%	27,67%
1999	24,23%	12,82%	4,76%	17,58%	6,24%	0,41%	6,65%	4,77%	29,00%
2000	25,85%	13,56%	4,82%	18,38%	7,03%	0,44%	7,47%	4,71%	30,56%
2001	26,68%	14,06%	4,98%	19,04%	7,17%	0,48%	7,64%	5,36%	32,05%
2002	27,90%	15,33%	5,01%	20,35%	7,08%	0,47%	7,55%	5,38%	33,28%
2003	27,20%	14,85%	4,95%	19,80%	6,94%	0,45%	7,39%	5,40%	32,60%
2004	28,04%	15,35%	5,17%	20,52%	7,06%	0,46%	7,52%	5,59%	33,62%
2005	28,79%	15,35%	5,17%	20,52%	7,06%	0,46%	7,52%	5,95%	34,75%
2006	28,63%	15,45%	5,53%	20,97%	7,14%	0,52%	7,66%	5,80%	34,43%
2007	28,95%	15,85%	5,66%	21,51%	6,90%	0,54%	7,44%	5,64%	34,59%
2008	28,94%	15,43%	5,80%	21,23%	7,15%	0,55%	7,71%	5,82%	34,76%
2009	28,19%	14,68%	6,02%	20,71%	6,88%	0,61%	7,49%	4,97%	33,16%
2010	28,10%	14,57%	6,01%	20,58%	6,97%	0,59%	7,52%	5,13%	33,23%
2011	29,06%	15,26%	6,21%	21,47%	7,04%	0,56%	7,59%	5,04%	34,10%
2012	28,08%	14,35%	6,29%	20,64%	6,87%	0,56%	7,43%	6,01%	34,09%
2013	28,20%	14,46%	6,24%	20,70%	6,95%	0,56%	7,50%	5,51%	33,71%
2014	27,57%	13,87%	6,29%	20,16%	6,83%	0,58%	7,40%	5,75%	33,32%
2015e	27,79%	14,08%	6,23%	20,31%	6,86%	0,61%	7,48%	5,75%	33,54%
Var.2015-1995	4,53%	2,91%	1,25%	4,16%	0,11%	0,27%	0,37%		
Var.2015-2008	-1,15%	-1,34%	0,42%	-0,92%	-0,29%	0,06%	-0,23%		
Var.2015-2014	0,22%	0,21%	-0,07%	0,15%	0,04%	0,04%	0,07%		

Elaboração própria. Fonte primária: Receita Federal, STN, CEF, CONFAZ, Secretarias Estaduais de Fazenda e BACEN. Carga tributária bruta global: metodologia ampla, incluindo FGTS e sistema S, participações governamentais em óleo/energia, dívida ativa, juros e multas. Nota: Os valores de 2015 foram estimados.

A pergunta que fica no ar a partir desta revelação é se esta tendência de crescimento da tributação (em % do PIB) é confiável em uma conjuntura econômica tão conturbada como a brasileira atualmente. Por acreditar que o termômetro é um instrumento bom, porém com limitações, optou-se por avaliar outras dimensões não captadas por este indicador, no intuito de fazer uma melhor projeção para a carga tributária desde ano.

Verificação das Receitas Ordinárias em Fontes Distintas

A investigação do estranho comportamento do termômetro tributário em 2015 iniciou-se na análise dos seus itens que compõem a arrecadação tributária: receita administrada federal, previdência, ICMS e IPVA. Destes quatro itens, apenas a previdência apresentou queda de tributação (em % do PIB) em 2015, passando de 6,29% do PIB em dezembro do ano passado para 6,23% do PIB em outubro último. Os outros três cresceram, com destaque absoluto para a receita administrada federal:

Termômetro Tributário por Componente Acumulado em 12 Meses em % do PIB - 2014/2015

FLUXOS ÚLTIMOS 12 MESES		ARRECADAÇÃO TOTAL	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS- ARRECADAÇÃO (+)		
		(UNIÃO + EST.)	RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA
2014	JAN	28,19%	14,44%	6,25%	20,69%	6,94%	0,57%	7,51%
	FEV	28,14%	14,38%	6,24%	20,62%	6,94%	0,57%	7,51%
	MAR	28,15%	14,37%	6,24%	20,61%	6,96%	0,57%	7,54%
	ABR	28,18%	14,40%	6,24%	20,64%	6,96%	0,57%	7,54%
	MAI	28,02%	14,28%	6,24%	20,51%	6,94%	0,57%	7,51%
	JUN	28,02%	14,29%	6,26%	20,55%	6,89%	0,58%	7,47%
	JUL	27,97%	14,26%	6,26%	20,51%	6,88%	0,58%	7,46%
	AGO	28,05%	14,33%	6,27%	20,60%	6,87%	0,58%	7,45%
	SET	27,99%	14,31%	6,27%	20,58%	6,84%	0,58%	7,42%
	OUT	27,98%	14,29%	6,27%	20,56%	6,84%	0,58%	7,42%
	NOV	27,72%	14,04%	6,29%	20,32%	6,82%	0,57%	7,40%
	DEZ	27,57%	13,87%	6,29%	20,16%	6,83%	0,58%	7,40%
2015	JAN	27,58%	13,87%	6,30%	20,16%	6,84%	0,58%	7,42%
	FEV	27,66%	13,95%	6,30%	20,25%	6,83%	0,58%	7,41%
	MAR	27,62%	13,96%	6,28%	20,23%	6,79%	0,59%	7,38%
	ABR	27,68%	13,98%	6,28%	20,27%	6,81%	0,61%	7,41%
	MAI	27,72%	14,00%	6,29%	20,30%	6,81%	0,61%	7,42%
	JUN	27,72%	14,03%	6,28%	20,30%	6,81%	0,62%	7,42%
	JUL	27,83%	14,11%	6,28%	20,38%	6,83%	0,62%	7,45%
	AGO	27,79%	14,07%	6,26%	20,33%	6,84%	0,62%	7,45%
	SET	27,83%	14,12%	6,24%	20,37%	6,85%	0,62%	7,47%
OUT	27,79%	14,08%	6,23%	20,31%	6,86%	0,61%	7,48%	
out/15 - dez/14		0,22%	0,21%	-0,07%	0,15%	0,04%	0,04%	0,07%
Determinante da variação		100,00%	96,07%	-29,90%	66,16%	16,35%	17,48%	33,84%

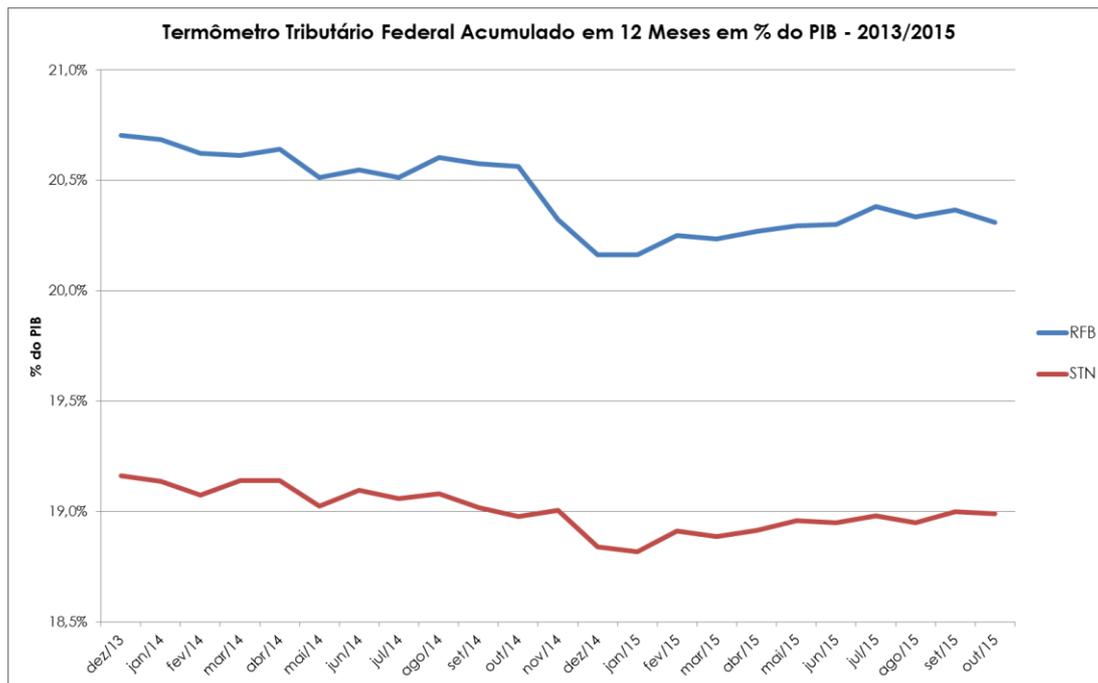
Elaboração própria. Fonte primária: RFB, Confaz e Bacen.

Apenas o componente federal aumentou 0,21% do PIB no período, explicando, sozinho, mais de 96% do aumento do termômetro. Ora, como seria isso possível se o governo federal tem amargado sucessivos resultados negativos de arrecadação? A resposta mais simples a esta pergunta já foi dada e diz respeito ao ritmo de variação negativa mais intensa no PIB do que na tributação.

Porém, para verificar eventuais erros na captação dos dados de arrecadação federal fornecidos pela RFB, procurou-se calcular o termômetro federal a partir de outra fonte de informação, esperando observar uma tendência semelhante do indicador. Isto ocorrendo pode-se considerar a informação da RFB fidedigna.

A segunda fonte de informação – utilizada como benchmark – neste caso é a STN. Os dados de receita tributária e receita de contribuições do governo central foram extraídos do RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária), divulgados pelo Tesouro.

O cálculo do termômetro seguiu o mesmo rito: arrecadação/PIB. O gráfico a seguir mostra as duas séries de termômetro tributário federal obtidas a partir das duas fontes (RFB e STN):



Elaboração própria. Fonte primária: RFB, STN e Bacen.

Como é possível observar, apesar da diferença de magnitude, a tendência das duas séries é exatamente a mesma: queda até o fim de 2014 e crescimento em 2015. Isso, praticamente, descarta a possibilidade de erro nos dados que explicam o crescimento do termômetro tributário

A Expressiva Deterioração dos Royalties do Petróleo

O ano de 2015 apresenta uma peculiaridades no campo da arrecadação tributária que merece destaque: a evolução negativa dos royalties do petróleo. Isso é especialmente importante, pois é um expedientes não captado pelo termômetro, uma vez que esta fonte de receitas não está incluída no escopo das receitas administradas pela RFB.

É amplamente sabido que as participações governamentais nas receitas oriundas da exploração do petróleo (royalties e participações especiais) simplesmente despencaram em 2015 devido a queda brusca do preço internacional do petróleo. Cumpre apenas estimar de quanto seria o impacto desta queda na carga tributária anual. A tabela a seguir apresenta a evolução anual recente dos royalties do petróleo, já apresentando uma projeção para 2015:

EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM ÓLEO E PARÂMETROS MACROECONÔMICOS - 2011/2015

Anos	Total	Royalties	PE (R\$ mil)	PIB (R\$ milhões)	Total	Royalties	Participações
	Participações (R\$ mil)	(R\$ mil)			Participações (% PIB)	(% PIB)	Especiais (% PIB)
2011	25.637.058	12.987.950	12.649.108	4.373.658	0,59%	0,30%	0,29%
2012	31.491.269	15.636.097	15.855.172	4.805.913	0,66%	0,33%	0,33%
2013	31.805.897	16.308.712	15.497.185	5.316.455	0,60%	0,31%	0,29%
2014	35.355.783	18.530.980	16.824.802	5.687.300	0,62%	0,33%	0,30%
2015	24.428.686	13.780.221	10.648.465	5.908.715	0,41%	0,23%	0,18%
2015/14	-30,9%	-25,6%	-36,7%	3,9%	-0,21%	-0,09%	-0,12%
2015/08	7,9%	26,0%	-9,1%	90,0%	-0,31%	-0,12%	-0,20%

Elaboração própria. Fontes primárias: ANP e IBGE.

A projeção do recolhimento de royalties do petróleo para 2015 foi feita estimando o dado de dezembro (com base na variação nominal entre novembro e dezembro do ano anterior), haja vista que a ANP já havia disponibilizado informações consolidadas até novembro.

Como é possível observar, espera-se que em 2015 a arrecadação de royalties do petróleo seja de 0,41% do PIB – resultado 0,21% do PIB menor que em 2014. Assim, este impacto não é menosprezível e deve ser levado em conta na estimativa da carga tributária de 2015.

Se apenas com o termômetro a indicação era de uma carga de 33,54% do PIB, agora, com a inclusão das perdas dos royalties, pode-se esperar uma carga tributária global de 33,33% do PIB em 2015.

Termômetro Tributário e Carga Tributária Estimada - 2014/2015e

ANO	TERMÔMETRO TRIBUTÁRIO	CARGA BRUTA GLOBAL	
	(UNIÃO + EST.)	CARGA RESIDUAL	(método amplo)
2014	27,57%	5,75%	33,32%
2015e - estimativa inicial	27,79%	5,75%	33,54%
2015e - estimativa pós royalties	27,79%	5,54%	33,33%
Var.2015-2014	0,22%	-0,21%	0,01%

Elaboração própria. Fonte primária: Receita Federal, STN, CEF, CONFAZ, Secretarias Estaduais de Fazenda e BACEN.

Carga tributária bruta global: metodologia ampla, incluindo FGTS e sistema S, participações governamentais em óleo/energia, dívida ativa, juros e multas.

Nota: Os valores de 2015 foram estimados.

Observa-se que a nova estimativa da carga tributária foi ajustada na carga residual (de 5,75% do PIB para 5,54% do PIB), haja vista o fato dos royalties não estar contabilizados no termômetro.

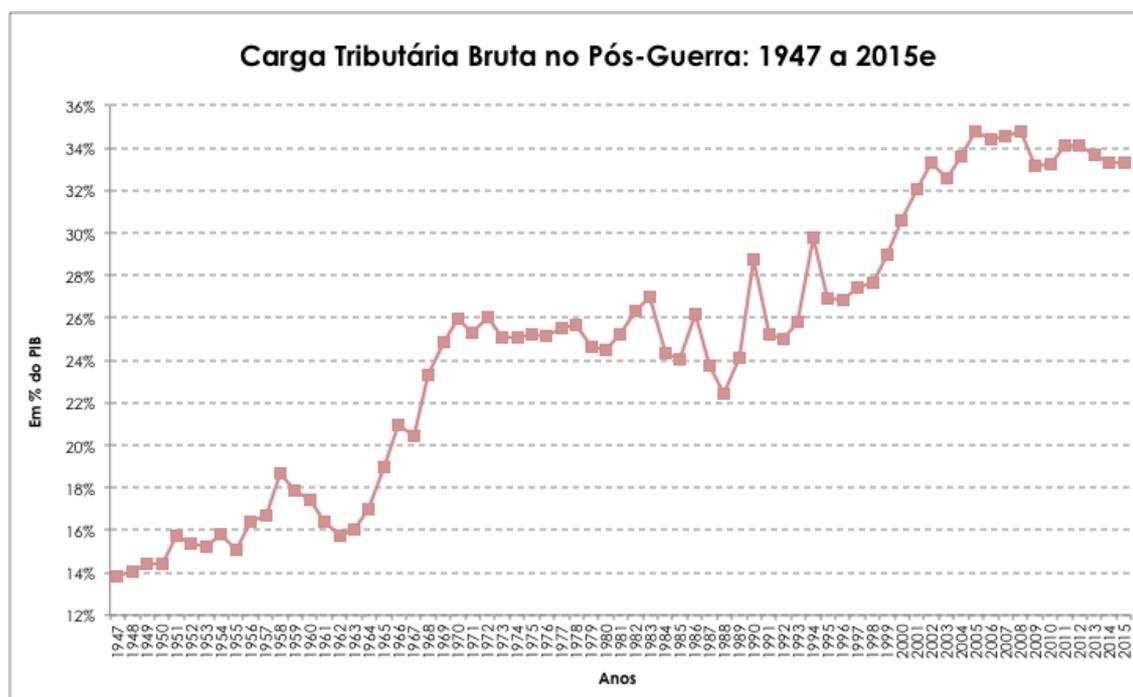
Se tal estimativa for confirmada, é possível apontar que a carga tributária global de 2015 seria ligeiramente superior a carga de 2014: 0,01% do PIB acima. Considerados eventuais erros (para mais ou para menos) nas projeções de dados para o último bimestre de 2015, se pode considerar razoável uma estabilidade da tributação de 2014 para 2015 (resultado muito próximo de 33,32% do PIB) – o que ainda chama a atenção em um cenário de recessão.

Carga Tributária Bruta Global

O termômetro tributário é um instrumento que permite acompanhar mensalmente a tendência dos principais componentes da carga tributária global. Sua capacidade de medir a “temperatura” e suas variações abre a possibilidade de antecipar o comportamento da carga tributária, a qual tem sua evolução expressa na tabela e no gráfico a seguir:

EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA GLOBAL - 1947/2015e									
(Em % do PIB)									
ANO	CARGA	ANO	CARGA	ANO	CARGA	ANO	CARGA	ANO	CARGA
1947	13,84	1962	15,76	1977	25,55	1992	25,01	2007	34,59
1948	14,03	1963	16,05	1978	25,70	1993	25,78	2008	34,76
1949	14,39	1964	17,02	1979	24,66	1994	29,75	2009	33,16
1950	14,42	1965	18,99	1980	24,52	1995	26,93	2010	33,23
1951	15,74	1966	20,95	1981	25,25	1996	26,85	2011	34,10
1952	15,41	1967	20,47	1982	26,34	1997	27,41	2012	34,09
1953	15,20	1968	23,29	1983	26,97	1998	27,67	2013	33,71
1954	15,82	1969	24,87	1984	24,34	1999	29,00	2014	33,32
1955	15,05	1970	25,98	1985	24,06	2000	30,56	2015e	33,33
1956	16,42	1971	25,26	1986	26,19	2001	32,05	2016	-
1957	16,66	1972	26,01	1987	23,77	2002	33,28	2017	-
1958	18,70	1973	25,05	1988	22,43	2003	32,60	2018	-
1959	17,86	1974	25,05	1989	24,13	2004	33,62	2019	-
1960	17,41	1975	25,22	1990	28,78	2005	34,75	2020	-
1961	16,38	1976	25,14	1991	25,24	2006	34,43	2021	-

Fonte: Araujo (2001), com atualização dos dados para os anos de 2000 a 2015. e/ Estimativa Preliminar.



Elaboração própria. Fonte: Araujo (2001), com atualização dos dados para os anos de 2000 a 2015. O valor de 2015 foi estimado.

É importante alertar que esta mensuração da carga tributária aqui analisada difere da utilizada e divulgada pelo Ministério da Fazenda, e até mesmo pelo IBGE, que não contam como tributos os royalties e as multas e juros de mora da dívida ativa. Ou seja, nos indicadores oficiais é um pouco menor o nível da carga tributária, porém, a tendência observada (crescimentos e decréscimos, e mesmo

sua magnitude) tem sido exatamente a mesma. Talvez em 2015 aí ocorra um descolamento importante porque aquele cálculo não refletirá a brutal queda dos royalties de petróleo e, em tese, pode até vir a mostrar um aumento de carga tributária, depois que adotada a nova série de PIB nominal divulgada pelo IBGE.

Outro alerta que cabe fazer é para não se confundir o cálculo de carga, seja qual for a sua metodologia, mas que reflete a razão entre arrecadação e PIB, com outra variável tributária que aparece nas contas nacionais. Os impostos sobre produtos representam a diferença entre o PIB expresso a preços de mercado e a custos de fatores. Na divulgação das contas trimestrais, o IBGE costuma dar ênfase a variação real desse bloco de impostos – como ao reportar a posição de setembro último em que esse bloco teve variação real muito diferente a do PIB global -, mas alguns leitores as vezes confundem tal tendência ou supõe que seria uma espécie de prévia da carga tributária. Esta é medida em valores correntes (enquanto naquele cálculo os impostos são deflacionados de forma especial pelo IBGE) e compreende mais tributos do que apenas aqueles incidentes sobre a produção.

Observações Finais

Com a maior parte dos dados de arrecadação federal e estaduais já disponíveis em 2015, o último levantamento do termômetro tributário (outubro/2015) aponta uma trajetória crescente da carga tributária brasileira em 2015, a despeito do grande impacto da crise no recolhimento de impostos e contribuições. Entretanto, a observação de pelo menos um fenômeno fiscal que ocorreu este ano permite olhar a tendência do termômetro de forma cuidadosa, não assumido cegamente sua indicação.

O termômetro de 2015 apresentou uma trajetória inesperada para a maior parte dos analistas, em função da queda muito acentuada do PIB frente à arrecadação. Esta análise inicial poderia indicar que a carga tributária em 2015 aumentaria. Porém, pelo menos um fator nos faz desacreditar nesta tese: a forte queda da arrecadação de royalties do petróleo (consequência da queda do preço do barril de petróleo). Como este ponto não foi captado pelo termômetro, seu efeito contracionista deve compensar a expansão da receita ordinária e manter a carga tributária de 2015 estável.

O resultado ainda soa surpreendente dada a crise que assola o país e a sequência de resultados negativos na arrecadação tributária federal. Assim, vis a vis o tamanho da economia, o resultado não está tão mal quanto sugere o senso comum entre analistas. E esse resultado é bom e ruim ao mesmo tempo. Por um lado, o desempenho da carga tributária não será fraco, o que, do ponto de vista da austeridade fiscal, é bom. Por outro lado, constata-se que mesmo assim, o governo não se consegue produzir um resultado primário minimamente satisfatório – ao ponto do Congresso ter autorizado o aumento no déficit do governo federal em 2015, que passou a R\$ 119,9 bilhões.

Em outras palavras, fosse só a carga tributária medida em proporção do PIB, de forma simplória, se poderia comemorar que a receita não caiu mesmo na recessão. Porém, a surpresa, e negativa, tem muito mais a ver com o denominador – a queda real do produto nacional a cada vez se revela muito mais negativa do que nas mais pessimistas projeções, fora um certo descasamento entre o seu deflator implícito e o IPCA.

Quando o IBGE mudou a metodologia das contas nacionais e elevou sobremaneira a série do PIB nominal no passado, isso produziu uma redução do patamar da carga tributária brasileira e ainda mudou a leitura dos indicadores de muitos anos (aquela revisão não foi linear), porém, isso resultou que seria maior o tombo atual, que está se confirmando. Logo, o tamanho do gasto público, do déficit primário, do déficit nominal e também da dívida pública são muito maiores do que se supunha depois de atualizada a série do PIB. Se para anos anteriores, o IBGE elevou o montante nominal do produto, que antes vinha sendo computados em séries e análises, por outro lado, em 2015, até como fruto daquela revisão e sobretudo por conta da profunda recessão verificada e um descasamento entre deflator implícito em 2015 se revela menor o PIB nominal e com isso tudo que a ele é referenciado se torna proporcionalmente maior. A cena fiscal é muito pior do que se achava antes do IBGE ter revisto as contas nacionais e as projeções dos montantes das principais variáveis serem revisitadas para o futuro.

Enfim, se surpreende que a carga tributária não está caindo mesmo na recessão, isso não ajuda muito porque a dimensão do descontrole fiscal, expresso no déficit e na dívida, também se revelam maiores do que antes se supunha.

ANEXO: Série Histórica do Termômetro Tributário Anualizado

TERMÔMETRO DA TRIBUTAÇÃO (ANUALIZADO) -1991/2015
Acumulado de 12 meses - em % PIB

FLUXOS ÚLTIMOS 12 MESES	ARRECADAÇÃO TOTAL (UNIÃO + EST.)	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS- ARRECADAÇÃO (+)			
		RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA	
1991	JAN	25,12%	11,58%	5,72%	17,31%	7,67%	0,14%	7,81%
	FEV	24,76%	11,20%	5,65%	16,86%	7,65%	0,26%	7,90%
	MAR	24,99%	11,16%	5,77%	16,93%	7,77%	0,29%	8,06%
	ABR	24,69%	10,93%	5,68%	16,61%	7,80%	0,28%	8,08%
	MAI	24,15%	10,67%	5,52%	16,19%	7,69%	0,27%	7,97%
	JUN	23,57%	10,48%	5,35%	15,83%	7,49%	0,25%	7,74%
	JUL	23,25%	10,48%	5,20%	15,68%	7,34%	0,24%	7,57%
	AGO	22,54%	10,08%	5,03%	15,11%	7,21%	0,22%	7,43%
	SET	22,14%	9,83%	4,93%	14,76%	7,17%	0,21%	7,38%
	OUT	21,67%	9,59%	4,87%	14,46%	7,02%	0,19%	7,21%
	NOV	21,06%	9,20%	4,77%	13,97%	6,91%	0,17%	7,08%
	DEZ	20,87%	9,20%	4,73%	13,94%	6,78%	0,15%	6,93%
1992	JAN	20,81%	8,77%	4,99%	13,76%	6,77%	0,28%	7,05%
	FEV	20,61%	8,60%	5,01%	13,61%	6,74%	0,26%	7,00%
	MAR	20,41%	8,50%	4,92%	13,41%	6,72%	0,27%	6,99%
	ABR	20,48%	8,68%	4,84%	13,52%	6,70%	0,26%	6,96%
	MAI	20,76%	9,20%	4,69%	13,89%	6,62%	0,24%	6,87%
	JUN	20,85%	9,24%	4,82%	14,06%	6,56%	0,23%	6,79%
	JUL	20,91%	9,36%	4,80%	14,16%	6,54%	0,21%	6,75%
	AGO	21,08%	9,57%	4,79%	14,36%	6,52%	0,20%	6,72%
	SET	20,91%	9,59%	4,69%	14,27%	6,45%	0,18%	6,63%
	OUT	21,00%	9,69%	4,73%	14,42%	6,40%	0,17%	6,58%
	NOV	21,04%	9,80%	4,71%	14,51%	6,38%	0,15%	6,53%
	DEZ	21,63%	10,09%	4,93%	15,01%	6,48%	0,14%	6,62%
1993	JAN	22,62%	10,29%	5,42%	15,72%	6,56%	0,35%	6,91%
	FEV	22,66%	10,48%	5,43%	15,91%	6,43%	0,32%	6,76%
	MAR	22,02%	10,21%	5,23%	15,44%	6,28%	0,30%	6,58%
	ABR	22,01%	10,33%	5,13%	15,46%	6,27%	0,28%	6,55%
	MAI	22,46%	11,05%	4,99%	16,03%	6,17%	0,26%	6,43%
	JUN	22,37%	10,97%	5,01%	15,99%	6,14%	0,25%	6,39%
	JUL	22,01%	10,76%	4,93%	15,68%	6,10%	0,23%	6,33%
	AGO	21,45%	10,36%	4,86%	15,22%	6,02%	0,21%	6,23%
	SET	21,18%	10,34%	4,70%	15,04%	5,96%	0,19%	6,15%
	OUT	20,99%	10,20%	4,68%	14,88%	5,94%	0,17%	6,11%
	NOV	21,30%	10,55%	4,66%	15,22%	5,94%	0,15%	6,09%
	DEZ	23,22%	11,18%	5,79%	16,96%	6,12%	0,13%	6,25%
1994	JAN	24,45%	12,08%	5,60%	17,69%	6,46%	0,31%	6,76%
	FEV	25,38%	12,74%	5,68%	18,42%	6,58%	0,38%	6,96%
	MAR	26,01%	13,20%	5,67%	18,87%	6,78%	0,36%	7,14%
	ABR	26,86%	13,99%	5,61%	19,60%	6,94%	0,32%	7,27%
	MAI	26,25%	13,71%	5,39%	19,09%	6,87%	0,28%	7,15%
	JUN	25,23%	13,17%	5,07%	18,24%	6,74%	0,25%	6,99%
	JUL	24,27%	12,52%	4,98%	17,50%	6,55%	0,23%	6,77%
	AGO	24,29%	12,42%	4,95%	17,37%	6,69%	0,22%	6,92%
	SET	24,52%	12,48%	4,93%	17,41%	6,89%	0,21%	7,10%
	OUT	24,59%	12,44%	4,91%	17,35%	7,04%	0,20%	7,24%
	NOV	24,66%	12,43%	4,90%	17,33%	7,15%	0,18%	7,33%
	DEZ	25,85%	12,88%	5,38%	18,26%	7,41%	0,17%	7,58%

FLUXOS ÚLTIMOS 12 MESES	ARRECADAÇÃO TOTAL (UNIÃO + EST.)	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS- ARRECADAÇÃO (+)			
		RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA	
1995	JAN	26,09%	12,95%	5,32%	18,27%	7,51%	0,31%	7,82%
	FEV	25,73%	12,70%	5,28%	17,98%	7,41%	0,34%	7,76%
	MAR	25,31%	12,49%	5,14%	17,63%	7,34%	0,34%	7,68%
	ABR	24,83%	12,17%	5,05%	17,22%	7,27%	0,33%	7,61%
	MAI	24,89%	12,29%	5,02%	17,31%	7,25%	0,33%	7,58%
	JUN	24,95%	12,30%	5,05%	17,34%	7,27%	0,34%	7,60%
	JUL	24,93%	12,24%	5,05%	17,29%	7,29%	0,35%	7,64%
	AGO	24,71%	12,10%	5,04%	17,14%	7,21%	0,36%	7,57%
	SET	24,44%	11,93%	5,04%	16,96%	7,12%	0,36%	7,48%
	OUT	24,15%	11,75%	5,02%	16,77%	7,02%	0,36%	7,38%
	NOV	23,73%	11,51%	4,97%	16,48%	6,89%	0,35%	7,24%
	DEZ	23,26%	11,17%	4,98%	16,15%	6,76%	0,35%	7,10%
1996	JAN	22,99%	10,94%	4,97%	15,91%	6,71%	0,37%	7,08%
	FEV	22,92%	10,83%	4,97%	15,80%	6,72%	0,40%	7,13%
	MAR	23,36%	11,20%	5,02%	16,22%	6,72%	0,43%	7,15%
	ABR	23,45%	11,21%	5,05%	16,26%	6,76%	0,43%	7,19%
	MAI	23,13%	10,92%	5,04%	15,96%	6,74%	0,43%	7,17%
	JUN	22,85%	10,70%	5,02%	15,72%	6,71%	0,42%	7,13%
	JUL	22,65%	10,58%	5,00%	15,57%	6,67%	0,40%	7,07%
	AGO	22,51%	10,45%	4,99%	15,44%	6,68%	0,39%	7,07%
	SET	22,51%	10,44%	5,00%	15,44%	6,69%	0,38%	7,07%
	OUT	22,42%	10,39%	5,00%	15,39%	6,66%	0,37%	7,03%
	NOV	22,37%	10,33%	5,01%	15,34%	6,66%	0,37%	7,03%
	DEZ	22,50%	10,43%	5,11%	15,54%	6,60%	0,37%	6,96%
1997	JAN	22,43%	10,40%	5,11%	15,51%	6,52%	0,39%	6,91%
	FEV	22,52%	10,47%	5,12%	15,59%	6,52%	0,41%	6,93%
	MAR	22,34%	10,27%	5,14%	15,42%	6,49%	0,44%	6,93%
	ABR	22,49%	10,43%	5,16%	15,59%	6,45%	0,45%	6,90%
	MAI	22,48%	10,44%	5,17%	15,61%	6,42%	0,45%	6,87%
	JUN	22,46%	10,48%	5,15%	15,63%	6,37%	0,46%	6,83%
	JUL	22,59%	10,61%	5,15%	15,75%	6,37%	0,46%	6,83%
	AGO	22,59%	10,65%	5,14%	15,79%	6,34%	0,47%	6,80%
	SET	22,52%	10,65%	5,12%	15,77%	6,28%	0,47%	6,75%
	OUT	22,54%	10,72%	5,09%	15,81%	6,26%	0,47%	6,73%
	NOV	22,60%	10,80%	5,09%	15,89%	6,24%	0,47%	6,71%
	DEZ	22,75%	10,98%	5,04%	16,02%	6,26%	0,47%	6,73%
1998	JAN	23,05%	11,29%	5,03%	16,32%	6,26%	0,47%	6,73%
	FEV	23,11%	11,40%	5,02%	16,43%	6,23%	0,46%	6,68%
	MAR	23,13%	11,47%	5,00%	16,47%	6,21%	0,45%	6,66%
	ABR	23,05%	11,44%	4,98%	16,42%	6,19%	0,44%	6,63%
	MAI	22,95%	11,38%	4,96%	16,34%	6,16%	0,44%	6,61%
	JUN	22,94%	11,36%	4,96%	16,32%	6,18%	0,44%	6,63%
	JUL	22,94%	11,40%	4,94%	16,35%	6,15%	0,44%	6,59%
	AGO	23,05%	11,56%	4,93%	16,49%	6,12%	0,45%	6,56%
	SET	23,08%	11,61%	4,91%	16,52%	6,12%	0,45%	6,56%
	OUT	23,07%	11,59%	4,93%	16,52%	6,11%	0,44%	6,55%
	NOV	23,01%	11,55%	4,91%	16,46%	6,10%	0,44%	6,55%
	DEZ	23,03%	11,50%	5,00%	16,51%	6,08%	0,44%	6,52%

FLUXOS ÚLTIMOS 12 MESES	ARRECADAÇÃO TOTAL (UNIÃO + EST.)	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS- ARRECADAÇÃO (+)			
		RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA	
1999	JAN	22,91%	11,36%	5,00%	16,37%	6,09%	0,46%	6,55%
	FEV	23,07%	11,57%	4,98%	16,54%	6,07%	0,45%	6,52%
	MAR	23,03%	11,59%	4,95%	16,54%	6,04%	0,45%	6,49%
	1999/ABR	23,04%	11,64%	4,93%	16,57%	6,03%	0,44%	6,47%
	MAI	23,09%	11,70%	4,92%	16,63%	6,03%	0,43%	6,46%
	JUN	23,17%	11,84%	4,90%	16,75%	5,99%	0,43%	6,42%
	JUL	23,44%	12,09%	4,90%	16,99%	6,02%	0,43%	6,44%
	AGO	23,43%	12,03%	4,89%	16,92%	6,08%	0,43%	6,51%
	SET	23,75%	12,31%	4,89%	17,19%	6,13%	0,42%	6,55%
	OUT	23,94%	12,49%	4,86%	17,35%	6,17%	0,42%	6,59%
	NOV	24,15%	12,70%	4,83%	17,53%	6,20%	0,42%	6,61%
	DEZ	24,23%	12,82%	4,76%	17,58%	6,24%	0,41%	6,65%
2000	JAN	24,48%	13,01%	4,76%	17,77%	6,29%	0,42%	6,71%
	FEV	24,42%	12,90%	4,76%	17,66%	6,33%	0,44%	6,77%
	MAR	24,73%	13,11%	4,77%	17,88%	6,40%	0,45%	6,85%
	ABR	24,93%	13,23%	4,78%	18,02%	6,46%	0,45%	6,91%
	MAI	25,15%	13,38%	4,79%	18,18%	6,51%	0,46%	6,97%
	JUN	25,26%	13,45%	4,80%	18,25%	6,55%	0,46%	7,01%
	JUL	25,16%	13,33%	4,79%	18,12%	6,59%	0,46%	7,05%
	AGO	25,31%	13,45%	4,79%	18,23%	6,63%	0,46%	7,08%
	SET	25,27%	13,34%	4,79%	18,14%	6,67%	0,45%	7,13%
	OUT	25,38%	13,40%	4,80%	18,20%	6,73%	0,45%	7,18%
	NOV	25,73%	13,49%	4,81%	18,30%	6,98%	0,45%	7,43%
	DEZ	25,85%	13,56%	4,82%	18,38%	7,03%	0,44%	7,47%
2001	JAN	26,07%	13,69%	4,85%	18,53%	7,07%	0,47%	7,54%
	FEV	26,04%	13,62%	4,86%	18,49%	7,09%	0,47%	7,56%
	MAR	25,87%	13,43%	4,85%	18,28%	7,12%	0,48%	7,60%
	ABR	25,95%	13,49%	4,84%	18,33%	7,14%	0,48%	7,62%
	MAI	26,08%	13,58%	4,84%	18,42%	7,18%	0,48%	7,66%
	JUN	26,35%	13,72%	4,87%	18,59%	7,28%	0,48%	7,76%
	JUL	26,56%	13,86%	4,89%	18,75%	7,33%	0,48%	7,81%
	AGO	26,67%	13,96%	4,91%	18,87%	7,32%	0,48%	7,80%
	SET	26,73%	14,00%	4,92%	18,92%	7,33%	0,48%	7,81%
	OUT	26,83%	14,10%	4,92%	19,03%	7,32%	0,48%	7,80%
	NOV	26,59%	14,06%	4,93%	18,99%	7,13%	0,47%	7,60%
	DEZ	26,68%	14,06%	4,98%	19,04%	7,17%	0,48%	7,64%
2002	JAN	26,97%	14,34%	4,99%	19,32%	7,15%	0,49%	7,65%
	FEV	27,19%	14,55%	4,98%	19,53%	7,17%	0,50%	7,67%
	MAR	27,19%	14,60%	4,98%	19,58%	7,11%	0,50%	7,61%
	ABR	27,21%	14,65%	4,98%	19,63%	7,09%	0,50%	7,58%
	MAI	27,21%	14,67%	4,98%	19,65%	7,07%	0,49%	7,56%
	JUN	27,01%	14,57%	4,94%	19,51%	7,00%	0,49%	7,49%
	JUL	27,06%	14,66%	4,94%	19,61%	6,97%	0,49%	7,46%
	AGO	27,05%	14,65%	4,95%	19,59%	6,98%	0,48%	7,46%
	SET	27,37%	14,96%	4,95%	19,91%	6,99%	0,48%	7,47%
	OUT	27,59%	15,12%	4,96%	20,08%	7,04%	0,48%	7,52%
	NOV	27,75%	15,23%	4,96%	20,19%	7,08%	0,47%	7,56%
	DEZ	27,90%	15,33%	5,01%	20,35%	7,08%	0,47%	7,55%

FLUXOS ÚLTIMOS 12 MESES	ARRECADAÇÃO TOTAL (UNIÃO + EST.)	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS- ARRECADAÇÃO (+)			
		RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA	
2003	JAN	27,90%	15,30%	4,99%	20,30%	7,12%	0,48%	7,60%
	FEV	27,90%	15,28%	4,99%	20,26%	7,15%	0,49%	7,64%
	MAR	27,85%	15,23%	4,96%	20,19%	7,18%	0,48%	7,66%
	ABR	27,84%	15,28%	4,93%	20,21%	7,16%	0,47%	7,63%
	MAI	27,92%	15,38%	4,92%	20,30%	7,15%	0,47%	7,62%
	JUN	27,95%	15,37%	4,94%	20,31%	7,17%	0,47%	7,64%
	JUL	27,83%	15,31%	4,92%	20,23%	7,14%	0,47%	7,60%
	AGO	27,70%	15,21%	4,92%	20,13%	7,10%	0,46%	7,57%
	SET	27,33%	14,90%	4,91%	19,81%	7,06%	0,46%	7,52%
	OUT	27,14%	14,81%	4,90%	19,71%	6,98%	0,45%	7,43%
	NOV	27,15%	14,86%	4,90%	19,76%	6,94%	0,45%	7,39%
	DEZ	27,20%	14,85%	4,95%	19,80%	6,94%	0,45%	7,39%
2004	JAN	27,22%	14,86%	4,94%	19,80%	6,97%	0,45%	7,42%
	FEV	27,29%	14,90%	4,98%	19,88%	6,95%	0,46%	7,41%
	MAR	27,42%	15,00%	5,03%	20,02%	6,92%	0,48%	7,40%
	ABR	27,50%	15,02%	5,07%	20,09%	6,94%	0,48%	7,42%
	MAI	27,49%	14,98%	5,09%	20,07%	6,95%	0,47%	7,42%
	JUN	27,63%	15,12%	5,12%	20,23%	6,92%	0,47%	7,40%
	JUL	27,64%	15,13%	5,12%	20,25%	6,93%	0,47%	7,40%
	AGO	27,79%	15,24%	5,12%	20,36%	6,97%	0,47%	7,43%
	SET	28,00%	15,39%	5,14%	20,53%	7,01%	0,46%	7,48%
	OUT	28,07%	15,40%	5,15%	20,55%	7,06%	0,46%	7,52%
	NOV	27,91%	15,24%	5,15%	20,39%	7,07%	0,46%	7,53%
	DEZ	28,04%	15,35%	5,17%	20,52%	7,06%	0,46%	7,52%
2005	JAN	28,11%	15,37%	5,21%	20,57%	7,07%	0,47%	7,54%
	FEV	28,13%	15,35%	5,21%	20,56%	7,09%	0,48%	7,57%
	MAR	28,20%	15,39%	5,21%	20,60%	7,11%	0,49%	7,59%
	ABR	28,27%	15,45%	5,22%	20,66%	7,12%	0,49%	7,61%
	MAI	28,28%	15,43%	5,22%	20,65%	7,15%	0,49%	7,64%
	JUN	28,43%	15,56%	5,21%	20,78%	7,16%	0,49%	7,66%
	JUL	28,52%	15,62%	5,23%	20,85%	7,18%	0,49%	7,67%
	AGO	28,55%	15,65%	5,26%	20,90%	7,15%	0,49%	7,64%
	SET	28,53%	15,59%	5,28%	20,87%	7,17%	0,49%	7,66%
	OUT	28,56%	15,62%	5,28%	20,90%	7,17%	0,49%	7,66%
	NOV	28,68%	15,73%	5,30%	21,03%	7,16%	0,49%	7,65%
	DEZ	28,79%	15,82%	5,34%	21,16%	7,15%	0,48%	7,63%
2006	JAN	28,74%	15,76%	5,35%	21,10%	7,14%	0,50%	7,64%
	FEV	28,73%	15,74%	5,37%	21,11%	7,11%	0,51%	7,62%
	MAR	28,76%	15,70%	5,39%	21,09%	7,15%	0,52%	7,67%
	ABR	28,86%	15,76%	5,42%	21,18%	7,16%	0,52%	7,68%
	MAI	28,79%	15,70%	5,44%	21,14%	7,13%	0,52%	7,66%
	JUN	28,79%	15,69%	5,46%	21,14%	7,12%	0,52%	7,65%
	JUL	28,69%	15,62%	5,45%	21,07%	7,10%	0,52%	7,62%
	AGO	28,59%	15,54%	5,45%	20,99%	7,07%	0,52%	7,60%
	SET	28,72%	15,64%	5,48%	21,12%	7,08%	0,52%	7,60%
	OUT	28,73%	15,61%	5,50%	21,11%	7,09%	0,52%	7,61%
	NOV	28,67%	15,50%	5,50%	21,01%	7,14%	0,52%	7,66%
	DEZ	28,63%	15,45%	5,53%	20,97%	7,14%	0,52%	7,66%

FLUXOS ÚLTIMOS 12 MESES	ARRECADAÇÃO TOTAL (UNIÃO + EST.)	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS- ARRECADAÇÃO (+)			
		RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA	
2007	JAN	28,66%	15,48%	5,53%	21,00%	7,12%	0,54%	7,66%
	FEV	28,64%	15,45%	5,52%	20,98%	7,12%	0,54%	7,67%
	MAR	28,59%	15,47%	5,53%	20,99%	7,05%	0,55%	7,60%
	ABR	28,59%	15,49%	5,53%	21,01%	7,02%	0,55%	7,58%
	MAI	28,60%	15,51%	5,53%	21,04%	7,00%	0,55%	7,56%
	JUN	28,50%	15,45%	5,52%	20,98%	6,97%	0,55%	7,52%
	JUL	28,53%	15,48%	5,54%	21,02%	6,97%	0,55%	7,52%
	AGO	28,61%	15,52%	5,57%	21,09%	6,97%	0,55%	7,52%
	SET	28,59%	15,50%	5,57%	21,07%	6,97%	0,55%	7,52%
	OUT	28,63%	15,57%	5,58%	21,15%	6,94%	0,54%	7,48%
	NOV	28,81%	15,76%	5,59%	21,36%	6,91%	0,54%	7,45%
	DEZ	28,95%	15,85%	5,66%	21,51%	6,90%	0,54%	7,44%
2008	JAN	29,22%	16,06%	5,69%	21,75%	6,92%	0,56%	7,47%
	FEV	29,24%	16,04%	5,70%	21,74%	6,94%	0,57%	7,51%
	MAR	29,29%	16,03%	5,72%	21,75%	6,97%	0,57%	7,54%
	ABR	29,31%	16,03%	5,73%	21,76%	6,98%	0,58%	7,55%
	MAI	29,29%	15,96%	5,74%	21,70%	7,01%	0,58%	7,59%
	JUN	29,26%	15,90%	5,75%	21,64%	7,04%	0,58%	7,62%
	JUL	29,26%	15,90%	5,74%	21,64%	7,04%	0,58%	7,62%
	AGO	29,21%	15,83%	5,73%	21,56%	7,08%	0,57%	7,65%
	SET	29,14%	15,75%	5,73%	21,48%	7,09%	0,57%	7,66%
	OUT	29,18%	15,77%	5,72%	21,49%	7,13%	0,56%	7,69%
	NOV	29,06%	15,62%	5,73%	21,36%	7,14%	0,56%	7,70%
	DEZ	28,94%	15,43%	5,80%	21,23%	7,15%	0,55%	7,71%
2009	JAN	28,87%	15,35%	5,82%	21,17%	7,13%	0,58%	7,70%
	FEV	28,75%	15,20%	5,84%	21,04%	7,13%	0,58%	7,71%
	MAR	28,74%	15,16%	5,87%	21,03%	7,11%	0,60%	7,71%
	ABR	28,69%	15,08%	5,90%	20,98%	7,11%	0,60%	7,71%
	MAI	28,61%	14,99%	5,94%	20,92%	7,08%	0,61%	7,69%
	JUN	28,51%	14,89%	5,96%	20,85%	7,05%	0,61%	7,66%
	JUL	28,44%	14,81%	5,98%	20,79%	7,04%	0,61%	7,64%
	AGO	28,30%	14,70%	5,99%	20,70%	7,00%	0,61%	7,60%
	SET	28,06%	14,51%	5,98%	20,50%	6,95%	0,60%	7,56%
	OUT	28,06%	14,55%	5,99%	20,55%	6,91%	0,60%	7,52%
	NOV	28,30%	14,77%	6,04%	20,81%	6,89%	0,60%	7,50%
	DEZ	28,19%	14,68%	6,02%	20,71%	6,88%	0,61%	7,49%
2010	JAN	28,28%	14,75%	6,02%	20,77%	6,90%	0,60%	7,51%
	FEV	28,24%	14,74%	6,02%	20,76%	6,88%	0,60%	7,48%
	MAR	28,10%	14,64%	5,98%	20,62%	6,89%	0,59%	7,48%
	ABR	28,18%	14,70%	5,97%	20,67%	6,92%	0,59%	7,51%
	MAI	28,23%	14,73%	5,96%	20,69%	6,95%	0,58%	7,54%
	JUN	28,19%	14,68%	5,96%	20,64%	6,97%	0,58%	7,55%
	JUL	28,16%	14,65%	5,96%	20,62%	6,97%	0,57%	7,55%
	AGO	28,20%	14,65%	5,97%	20,62%	7,01%	0,57%	7,58%
	SET	28,25%	14,70%	5,98%	20,68%	7,00%	0,57%	7,57%
	OUT	28,16%	14,61%	5,99%	20,61%	7,00%	0,56%	7,56%
	NOV	27,82%	14,36%	5,94%	20,30%	6,97%	0,56%	7,52%
	DEZ	28,10%	14,57%	6,01%	20,58%	6,97%	0,55%	7,52%

FLUXOS ÚLTIMOS 12 MESES	ARRECADAÇÃO TOTAL (UNIÃO + EST.)	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS- ARRECADAÇÃO (+)			
		RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA	
2011	JAN	28,30%	14,73%	6,03%	20,77%	6,97%	0,56%	7,53%
	FEV	28,40%	14,72%	6,02%	20,74%	7,09%	0,58%	7,67%
	MAR	28,45%	14,78%	6,01%	20,79%	7,08%	0,57%	7,66%
	ABR	28,50%	14,83%	6,03%	20,87%	7,06%	0,57%	7,63%
	MAI	28,41%	14,81%	6,02%	20,83%	7,01%	0,57%	7,58%
	JUN	28,60%	15,01%	6,03%	21,04%	6,99%	0,57%	7,56%
	JUL	28,84%	15,24%	6,05%	21,29%	6,98%	0,57%	7,55%
	AGO	28,83%	15,27%	6,05%	21,32%	6,95%	0,56%	7,52%
	SET	28,93%	15,30%	6,10%	21,39%	6,98%	0,56%	7,54%
	OUT	29,05%	15,37%	6,13%	21,50%	6,99%	0,56%	7,55%
	NOV	29,12%	15,41%	6,15%	21,56%	7,00%	0,56%	7,56%
	DEZ	29,06%	15,26%	6,21%	21,47%	7,04%	0,56%	7,59%
2012	JAN	29,13%	15,29%	6,22%	21,51%	7,04%	0,57%	7,62%
	FEV	28,97%	15,31%	6,21%	21,51%	6,88%	0,57%	7,46%
	MAR	28,99%	15,28%	6,26%	21,54%	6,88%	0,58%	7,45%
	ABR	28,99%	15,26%	6,26%	21,52%	6,89%	0,58%	7,47%
	MAI	28,96%	15,21%	6,29%	21,49%	6,89%	0,58%	7,47%
	JUN	28,80%	15,03%	6,30%	21,33%	6,90%	0,58%	7,47%
	JUL	28,54%	14,78%	6,30%	21,07%	6,89%	0,58%	7,47%
	AGO	28,38%	14,63%	6,31%	20,94%	6,87%	0,58%	7,44%
	SET	28,30%	14,57%	6,30%	20,86%	6,87%	0,57%	7,44%
	OUT	28,12%	14,41%	6,28%	20,70%	6,85%	0,57%	7,42%
	NOV	28,09%	14,36%	6,28%	20,65%	6,88%	0,56%	7,44%
	DEZ	28,08%	14,35%	6,29%	20,64%	6,87%	0,56%	7,43%
2013	JAN	28,15%	14,44%	6,28%	20,72%	6,86%	0,57%	7,43%
	FEV	28,15%	14,35%	6,32%	20,67%	6,89%	0,58%	7,47%
	MAR	27,94%	14,20%	6,30%	20,50%	6,87%	0,57%	7,44%
	ABR	27,80%	14,12%	6,27%	20,39%	6,84%	0,57%	7,41%
	MAI	27,87%	14,18%	6,26%	20,44%	6,86%	0,57%	7,43%
	JUN	27,83%	14,11%	6,25%	20,35%	6,91%	0,57%	7,48%
	JUL	27,78%	14,08%	6,23%	20,32%	6,90%	0,56%	7,47%
	AGO	27,79%	14,08%	6,23%	20,31%	6,91%	0,56%	7,47%
	SET	27,73%	14,01%	6,23%	20,24%	6,93%	0,56%	7,49%
	OUT	27,72%	14,01%	6,22%	20,23%	6,93%	0,56%	7,49%
	NOV	28,08%	14,38%	6,22%	20,60%	6,93%	0,56%	7,48%
	DEZ	28,20%	14,46%	6,24%	20,70%	6,95%	0,56%	7,50%
2014	JAN	28,19%	14,44%	6,25%	20,69%	6,94%	0,57%	7,51%
	FEV	28,14%	14,38%	6,24%	20,62%	6,94%	0,57%	7,51%
	MAR	28,15%	14,37%	6,24%	20,61%	6,96%	0,57%	7,54%
	ABR	28,18%	14,40%	6,24%	20,64%	6,96%	0,57%	7,54%
	MAI	28,02%	14,28%	6,24%	20,51%	6,94%	0,57%	7,51%
	JUN	28,02%	14,29%	6,26%	20,55%	6,89%	0,58%	7,47%
	JUL	27,97%	14,26%	6,26%	20,51%	6,88%	0,58%	7,46%
	AGO	28,05%	14,33%	6,27%	20,60%	6,87%	0,58%	7,45%
	SET	27,99%	14,31%	6,27%	20,58%	6,84%	0,58%	7,42%
	OUT	27,98%	14,29%	6,27%	20,56%	6,84%	0,58%	7,42%
	NOV	27,72%	14,04%	6,29%	20,32%	6,82%	0,57%	7,40%
	DEZ	27,57%	13,87%	6,29%	20,16%	6,83%	0,58%	7,40%
2015	JAN	27,58%	13,87%	6,30%	20,16%	6,84%	0,58%	7,42%
	FEV	27,66%	13,95%	6,30%	20,25%	6,83%	0,58%	7,41%
	MAR	27,62%	13,96%	6,28%	20,23%	6,79%	0,59%	7,38%
	ABR	27,68%	13,98%	6,28%	20,27%	6,81%	0,61%	7,41%
	MAI	27,72%	14,00%	6,29%	20,30%	6,81%	0,61%	7,42%
	JUN	27,72%	14,03%	6,28%	20,30%	6,81%	0,62%	7,42%
	JUL	27,83%	14,11%	6,28%	20,38%	6,83%	0,62%	7,45%
	AGO	27,79%	14,07%	6,26%	20,33%	6,84%	0,62%	7,45%
	SET	27,83%	14,12%	6,24%	20,37%	6,85%	0,62%	7,47%
OUT	27,79%	14,08%	6,23%	20,31%	6,86%	0,61%	7,48%	

Fontes: Receita Federal, CONFAZ, Secretarias Estaduais de Fazenda e BACEN.

Elaboração própria